



O ENSINO SECUNDÁRIO NA ERA VARGAS (1930-1945)

Paolla Rolon Rocha¹
Jorismary Lescano Severino²
Margarita Victoria Rodríguez³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o ensino secundário na Era Vargas. O referencial teórico-metodológico utilizado é materialista-histórico-dialético, para compreender a totalidade da sociedade no momento histórico. Nesse período houve avanço em relação as políticas relacionadas ao ensino secundário. Ocorreu a Reforma de Francisco Campos, em 1931, entre as demandas, foi introduzido o exame de admissão, ficou dividido em secundário fundamental, com duração de cinco anos, e complementar com dois anos. Em 1942, foi promulgada pelo ministro Capanema a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que continuou sendo dividido em dois ciclos, o primeiro sendo o curso ginásial com duração de quatro anos e o segundo podendo ser o curso clássico ou curso científico, cada um com duração de três anos. Durante a Era Vargas existiu embates entre os defensores das escolas públicas e privadas a respeito do financiamento público da educação. Os resultados mostram que apesar do ensino secundário não ser obrigatório e gratuito, houve um aumento expressivo em instituições de ensino públicos e privados e números de matrículas no período.

Palavras-chave: História, Ensino Secundário, Era Vargas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o ensino secundário na Era Vargas (1930-1945), para isso é necessário compreender a totalidade, mostrar como estava a sociedade brasileira nesse período.

Quando Vargas assume o poder de forma ilegítima, em 1930, visto que foi derrotado na eleição e liderou um movimento revolucionário que o deixou no poder como Presidente. “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. (MARX, 2011, p. 23).

Apesar disso, sua importância ainda é relevante nos dias atuais, pois no seu governo foram promulgadas as seguintes políticas: direito das mulheres a votar, voto secreto, criação do Ministério da Educação e da Saúde e a criação de Leis Trabalhistas.

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, paa.rocha@hotmail.com;

² Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, jorismary_lescano@hotmail.com.

³ Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, poroyan@uol.com.br.



Em relação a economia, Vargas optou em desenvolver as indústrias de base, como exemplo setor de energia, a siderúrgica e a metalúrgica. Assim, era necessário força de trabalho competente, para atuar nesse campo, além do aumento populacional urbano, houve criação de escolas, tanto primárias como secundárias. Em relação ao ensino secundário, foi promulgado algumas políticas, como por exemplo, a Reforma de Francisco Campos, em 1931 e a Lei Orgânica de Ensino Secundário de 1942. As Constituições Federais de 1934 e 1937 também explanaram sobre o ensino secundário.

A Reforma de Francisco Campos, Decreto n.19.890, de 18 de abril de 1931, em que dividiu em dois cursos: fundamental com duração de cinco anos e complementar com dois anos. Além de implementar o exame de admissão. “Art. 18. O candidato á matricula no 1º anno de estabelecimento de ensino secundario prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”. (BRASIL, 1931). Assim, só conseguiria entrar no ensino secundário se passasse na prova.

Para poder realizar a matrícula eram necessários os seguintes documentos:

O requerimento de matricula vira instruído com os seguintes documentos:

- a) Certificado de habilitação no exame de admissão, para a matricula no 1º anno, ou certificado de habilitação nas matérias da série anterior, para os demais annos.
- b) Atestado de sanidade;
- c) Recibo de pagamento da taxa de matrícula. (BRASIL, 1931)

Observa-se que era necessário realizar pagamento e exame de admissão para frequentar as aulas, demonstrando que o ensino secundário era para poucos, a classe trabalhadora não usufruía, não tinham condições financeiras para arcar com essas despesas. Apenas poucos conseguiam por meio de bolsas e bom desempenho.

Além disso, era necessário atestado de sanidade para poder frequentar as aulas, visto que pessoas com deficiência intelectual não eram aceitas no ensino secundário.

Em 1934, foi promulgada a Constituição, em que abordou “[...] a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível.” (BRASIL, 1934). Dessa forma, não existia gratuidade ao ensino secundário, o que tornava pouco atrativo para a classe trabalhadora.

Em 1937, Vargas instalou o Estado Novo, governo ditatorial que o fez continuar no poder, suspendeu a Constituição de 1934, e deixou os partidos políticos que eram contra na ilegalidade, com apoio dos militares, o Estado participou e interviu mais na economia.



Em 1937, foi promulgada a constituição do Estado Novo, apontou “ Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.” (BRASIL, 1937). Sendo livre para as instituições privadas a criação de escolas. “É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.” (BRASIL, 1937). Foram criadas instituições tanto públicas como privadas de ensino secundário, porém não para o número de pessoas na faixa etária adequada para a etapa de ensino e nem todos os alunos podiam frequentar, visto que não era gratuito e era necessário passar no exame.

Em 1942 foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, n. 4.244. Nela explanou sobre todos os componentes obrigatórios do ensino secundário e deveres dos alunos e professores. Além de dividir o curso em dois ciclos, como mostra a seguir:

[...] Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; na curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (BRASIL, 1942).

Dessa forma o ensino secundário ficou dividido em dois ciclos, o primeiro sendo o curso ginásial com duração de quatro anos e o segundo podendo ser o curso clássico ou curso científico, cada um com duração de três anos. Além disso, o ensino religioso era permitido “Art. 21. O ensino de religião constitui parte integrante da educação adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo”. (BRASIL, 1942). Visto que a religião Católica apoiou Vargas no poder, assim, tornou-se obrigatório na Era Vargas o ensino religioso nas escolas públicas.

Na Era Vargas Existia defensores da escola pública, que para eles além da escola ser leiga, obrigatória e gratuita era necessário que o dinheiro público destinado a educação financiasse só a educação pública. Para os defensores da escola privada (donos de escolas e a



Igreja Católica) os investimentos públicos também tinham que financiar as escolas privadas e as escolas públicas tinham que ter ensino religioso.

Na década de 1930, esse conflito entre defensores do ensino público e a igreja era apenas em relação a laicidade do ensino. De acordo com Cury e Nogueira (1986) nos anos de 1940, a luta deslocou-se para a questão do financiamento do ensino, dessa forma, os proprietários e dirigentes de estabelecimentos de ensino apresentavam argumentos centrados nas inúmeras vantagens do ensino particular quando comparado ao público, como por exemplo: o caráter ordeiro do ensino privado, custo menor do aluno, o duplo pagamento de impostos, a omissão do poder público e o padrão de qualidade. Nesse momento histórico, as escolas particulares tinham sua maior concentração no ensino secundário.

Assim, esse período foi de densos debates e um ensino secundário elitista, pois, apenas poucos alunos oriundos da classe trabalhadora conseguiram usufruir, visto que existiam poucas escolas públicas, e essas ainda sim tinham que apresentar comprovante de baixa renda para não pagar.

Apesar disso, foram arrecadados fundos para a educação, “no ano de 1932, as despesas das várias unidades federadas com os serviços de educação, montaram a 222 milhões; em 1940, haviam dobrado, atingindo os orçamentos a 459 milhões”. (INEP, 1944) Assim, aos poucos, foi se investindo na educação no Brasil. Apesar de não suprir a demanda, aumentou os índices de alunos matriculados e números de escolas.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

Pesquisa Bibliográfica – desenvolvidas por materiais já elaborados, como por exemplo: livros, teses, dissertações e outras publicações que abordam sobre a história da educação, história das instituições escolares, em especial o ensino secundário, nacional, dando ênfase a Era Vargas (1930-1945)

Pesquisa Documental - foram coletados e depois analisados documentos tais como: legislações, mensagens presidenciais, relatórios do ensino secundário, documentos da instituição de ensino tais como. Também serão coletados Jornais e Revistas referentes ao período de 1930 a 1945.



REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico metodológico é materialista histórico dialética, para compreender o objeto de estudo torna-se necessário compreender a totalidade, que é a sociedade capitalista.

E a sociedade está sempre se modificando. De acordo com Rodríguez (2004) o método permite captar as coisas em sua singularidade e a dialética oferece a possibilidade de um conhecimento sintético e completo da realidade em movimento.

Para que a pesquisa seja completa o objeto singular não pode desassociar da totalidade. “Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa” (SANFELICE, 2009, p. 198). O singular é o objeto, pode ser um momento histórico, um país, região, escola, entre outros. O universal é a sociedade em que o objeto está inserido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram aumento do número de alunos no ensino secundário como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Variação do número de alunos

Graus	1932	1942	Aumento Relativo
Ensino Primário	2.071.437	3.340.952	61%
Ensino Secundário	56.208	197.130	250%
Ensino Superior	21.526	18.036	16%

FONTE: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944. Tabela elaborada pelas autoras.

Observa-se um avanço maior no ensino primário, visto que é a primeira etapa da educação básica, o avanço foi significativo, em relação ao ensino secundário observa-se que ocorreu um aumento, muito menor do que o ensino secundário, mas em porcentagem foi maior, visto que aumentou 250% em 10 anos. Apesar de não suprir toda a população na faixa etária escolar. Já a educação superior, o aumento em dez anos em porcentagem foi de 16%, porém entre 1932 e 1942 diminuiu o número de alunos matriculados.

A tabela a seguir mostra o número de alunos a cada 10 mil habitantes entre os anos de 1932 e 1942.



Tabela 2: Número de alunos a cada 10 mil habitantes

Graus	1932	1942
Ensino Primário	584	788
Ensino Secundário	16	46
Ensino Superior	6	4

FONTE: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944. Tabela elaborada pelas autoras.

Observa-se um aumento relativamente alto no ensino primário. Em relação ao ensino secundário ocorreu o aumento, em menor quantidade. Na educação superior diminuiu a quantidade de alunos matriculados.

A próxima tabela aborda sobre o ensino secundário e o número de unidades escolares no território nacional.

Tabela 3: Número de instituições escolares de ensino secundário (1932 -1942)

Anos	Unidades Escolares
1932	394
1933	417
1934	474
1935	520
1936	552
1937	629
1938	717
1939	782
1940	812
1941	868
1942	892

FONTE: INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944. Tabela elaborada pelas autoras.

Observa-se que ocorreu um aumento das instituições escolares ao longo dos anos, apesar que a maioria das escolas eram privadas, visto que a obrigatoriedade e gratuidade do ensino público era apenas destinado ao ensino primário.

Assim a pesquisa mostrou os avanços que aconteceu no ensino secundário na Era Vargas, apesar de ser uma etapa de ensino não obrigatória no momento histórico estudado, cresceu o número de instituições e matrículas nesse período. Mesmo com prova de admissão e poucas bolsas de estudos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Era Vargas foi um período conturbado politicamente, desde a ilegítima posse na presidência, porém, observa-se algumas políticas que contribuíram para a educação.

Em relação ao ensino secundário, observa-se duas leis, a Reforma de Francisco Campos, de 1931, que dividiu o ensino em dois ciclos e criou o exame de admissão e a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que explanou sobre todas as áreas do ensino secundário e que continuou com a divisão em dois ciclos, o primeiro sendo o curso ginasial com duração de quatro anos e o segundo podendo ser o curso clássico ou curso científico, cada um com duração de três anos.

Durante o momento histórico estudado, observa-se que ocorreram embates entre os defensores da escola pública e privada, a respeito do financiamento educacional. Para aqueles que defendiam a escola pública, o dinheiro deveria ser destinado apenas para esse fim. Mas aqueles que defendiam a escola privada, queriam uma parte do dinheiro público.

Nesse período também ocorreram aumento de instituições escolares, em 1932 existiam 394 e em 1942 evoluiu para 892 escolas, apesar do número, a quantidade não era suficiente para a demanda, pois a cada 10 mil habitantes, apenas 16 estavam no ensino secundário em 1942. E com o exame de admissão e por não ser gratuito (tirando as bolsas que as instituições privadas davam e comprovante de baixa renda na escola pública), a classe trabalhadora pouco usufruiu dessa etapa de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino secundário.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em 11 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** De 26 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso: 11 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** De 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso: 11 ago. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244 – de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-



lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%E1rio.htm >. Acesso em:
11 ago. 2020.

INEP.. **Revista brasileira de estudos pedagógicos.** – v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

INEP.. **Revista brasileira de estudos pedagógicos.** – v. 2, n. 4 (out. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

MARX, Karl. 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: **Boitempo**, 2011.

RODRÍGUEZ, M. V. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardado de Inutensílios**, UCDB: Campo Grande, v. 7 p. 17-30, 2004.

SANFELICE, J. L. **História e Historiografia de Instituições Escolares.** Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639716/7283>. Acesso em 17 fev. 2019.